

## GESTÃO DE RECURSOS: A ESTRATÉGIA POR TRÁS DO REAPARELHAMENTO DO CBMPA VIA CONVÊNIOS FEDERAIS

### **José Ribamar de Barros Júnior**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Belém - FABEL, Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Estácio de Sá, 2º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

<http://lattes.cnpq.br/1658555648589601>. <https://orcid.org/0009-0002-9219-8706>

E-mail: [jr\\_barros25@yahoo.com.br](mailto:jr_barros25@yahoo.com.br)

### **Leandra Manúlia Paiva**

Farmacêutica e Bioquímica. Especialista em Análises Clínicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA), 2º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. <http://lattes.cnpq.br/0706433733836993>.

<https://orcid.org/0009-0002-3341-048X>. E-mail: [leandramanulia1189@gmail.com](mailto:leandramanulia1189@gmail.com)

### **Daril da Silva e Silva**

Licenciado em Ed. Física, pela Escola Superior da Amazônia, 3º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. <https://orcid.org/0009-0003-8111-7226>. E-mail: [darilbm76@gmail.com](mailto:darilbm76@gmail.com)

### **Raimundo Almeida Sampaio**

Graduando em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade Estácio de Sá, 2º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. <https://orcid.org/0009-0004-4749-0550>. E-mail: [sam\\_paiosdred@hotmail.com](mailto:sam_paiosdred@hotmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N2-25>

**RESUMO:** Este artigo investiga a engenharia estratégica que sustenta o reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) por meio de recursos federais. O ponto de partida é o desafio imposto pelas limitações orçamentárias do Estado, que exige da corporação uma postura agressiva na captação de transferências voluntárias. Através de um estudo de caso descritivo, percorremos o fluxo operacional da gestão: desde o monitoramento de oportunidades no Transferegov.br até a entrega final dos equipamentos. O estudo ganha relevo ao analisar o aporte de R\$ 45 milhões do Fundo Amazônia (BNDES) em 2025, recurso vital para o combate a incêndios florestais na região. Os resultados indicam que a modernização da tropa não é um evento isolado, mas o reflexo de uma maturidade administrativa que converte convênios em pronta resposta operacional e proteção ao patrimônio ambiental paraense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Pública. Convênios Federais. Segurança Pública. CBMPA. Fundo Amazônia.

### **RESOURCE MANAGEMENT: THE STRATEGY BEHIND THE RE-EQUIPMENT OF CBMPA VIA FEDERAL AGREEMENTS**

**ABSTRACT:** This paper examines the strategic management of federal resources for public safety, focusing on the modernization of the Military Fire Department of Pará (CBMPA). The study addresses how external funding, through voluntary transfers and federal agreements, bridges the gap created by state budget constraints. Using a descriptive case study approach, we detail the technical cycle—from identifying prospects within the Transferegov.br system to the final financial and physical execution of large-scale projects. A key highlight is the R\$ 45 million contribution from the Amazon Fund (BNDES) in 2025, specifically earmarked for forest fire suppression. Our findings

suggest that efficient management of these agreements goes beyond fleet renewal; it builds institutional resilience and enhances the state's capacity to safeguard both its citizens and the Amazonian ecosystem.

**KEYWORDS:** Public Management. Federal Agreements. Public Safety. CBMPA. Amazon Fund.

## INTRODUÇÃO

Operar em um território de dimensões continentais e complexidades ambientais extremas, como o estado do Pará, exige do Corpo de Bombeiros Militar (CBMPA) uma infraestrutura tecnológica de ponta. Entretanto, o descompasso entre as demandas operacionais e os orçamentos ordinários impõe a busca por fontes externas de financiamento. Superando a mera dependência de repasses estaduais, a corporação tem adotado uma postura estratégica na captação de transferências voluntárias junto ao Governo Federal. Fundamentado nos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, este estudo discute o fluxo de gestão que permite ao CBMPA captar recursos de vulto, como os do Fundo Amazônia, transformando processos administrativos em viaturas, equipamentos e segurança real para a sociedade paraense. Como destaca Chiavenato (2021), o planejamento estratégico na administração pública moderna exige uma postura proativa na captação de recursos, superando a mera dependência de repasses ordinários.

No cenário brasileiro, a União figura como o principal ente fomentador por meio de transferências voluntárias, um mecanismo essencial para o equilíbrio do pacto federativo (Silva, 2022). Este artigo discute como o CBMPA utiliza a ferramenta dos convênios para superar gargalos orçamentários e elevar o nível de resposta a desastres e emergências no Pará.

## CAMINHOS DA PESQUISA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para entender a engrenagem que move o reaparelhamento do CBMPA, este estudo não se limitou a observar números; mergulhamos na rotina burocrática e estratégica da corporação. Trata-se de um estudo de caso descritivo, de natureza qualitativa, que busca

decifrar como normas áridas de gestão pública se materializam em viaturas autotransporte e EPIs de alta performance.

A coleta de dados foi ancorada em três frentes: a análise documental técnica dentro do sistema Transferegov.br, o acompanhamento do projeto de R\$ 45 milhões junto ao BNDES (Fundo Amazônia) em 2025 e uma revisão bibliográfica que confronta clássicos como Di Pietro e Meirelles com a nova Lei de Licitações. O critério de análise seguiu o fluxo real do processo: da “caça” por editais à prestação de contas final, priorizando a compreensão do *know-how* técnico acumulado pela assessoria de planejamento da instituição.

## O CICLO ESTRATÉGICO DA CAPTAÇÃO

Captar recursos na administração pública não é apenas “ganhar uma verba” é vencer um rito de conformidade legal. Meirelles (2020) já alertava para o dever de eficiência que deve nortear o administrador. No CBMPA, esse ciclo é dividido em etapas críticas:

**Prospecção Ativa:** É o “garimpo” de editais no FNISP (Fundo Nacional de Segurança Pública) e a articulação técnica para emendas parlamentares.

**A Engenharia do Plano de Trabalho:** Aqui reside o maior gargalo. No Transferegov.br, a clareza nas metas é o que separa o projeto aprovado do projeto engavetado. Conforme o Manual de Convênios (2022), a precisão técnica no sistema é a garantia do lastro financeiro.

**Celebração e Empenho:** É o fechamento jurídico que permite à corporação iniciar o planejamento das aquisições.

## ESTUDO DE CASO: O SALTO TECNOLÓGICO DO CBMPA

A eficiência do CBMPA na gestão de parcerias federais tem gerado frutos visíveis: a aquisição de viaturas de combate a incêndio (ABTs), embarcações de resgate e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de última geração.

Um marco recente e significativo dessa gestão foi o anúncio, em fevereiro de 2025, do aporte de R\$ 45 milhões provenientes do BNDES, via Fundo Amazônia. Este recurso, de natureza não reembolsável (fundo perdido), é especificamente destinado ao fortalecimento da estrutura de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas no Pará (BNDES, 2025).

## IMPACTOS ESPERADOS E INVESTIMENTOS

Os projetos em andamento preveem uma atuação em múltiplas frentes:

**Infraestrutura Operacional:** Modernização da frota e aquisição de materiais de alta tecnologia para monitoramento ambiental.

**Capacitação e Educação:** Treinamento de agentes públicos, comunidades indígenas e produtores rurais, além da formação de brigadas florestais voluntárias.

**Segurança do Trabalho:** Foco na redução de acidentes com militares através do uso de EPIs adequados.

A expectativa é que esses investimentos não apenas melhorem a logística e a pronta resposta, mas funcionem como uma barreira eficiente contra o desmatamento e a degradação florestal no estado.

## RIGOR NA EXECUÇÃO: O DESAFIO DA GESTÃO

A aplicação dos recursos federais no CBMPA impõe um rigor técnico e jurídico que vai muito além da simples compra. É uma corrida contra o tempo e a burocracia para evitar a devolução de verbas ou sanções aos gestores, o que exige, como ensina Di Pietro (2023), uma observância estrita às normas de licitação para preservar o interesse público.

Na prática da corporação, esse desafio se acentuou com a transição definitiva para a Lei nº 14.133/2021. Essa nova legislação não apenas modernizou as compras, mas exigiu que o Termo de Referência (TR) deixasse de ser um documento genérico para se tornar um “espelho” fiel da necessidade operacional (Mendes, 2024).

Dentro desse cenário, o sucesso da execução repousa em três pilares integrados. Primeiro, o alinhamento licitatório precisa garantir que a proposta vencedora entregue exatamente o que o convênio pactuou; não se admite erro na especificação de um caminhão ABT que operará no calor do sudeste paraense. Em seguida, a fiscalização de contratos atua como a linha de frente, assegurando que o material recebido — sejam embarcações de resgate ou EPIs de combate a incêndio — mantenha a integridade do planejamento original (Santos, 2021).

Por fim, todo esse esforço deságua na prestação de contas via Transferegov.br. É nesta fase que a assessoria de planejamento comprova o nexos causal entre o dinheiro federal e o benefício social gerado. Manter esse sistema atualizado e transparente é o que mitiga riscos de glosas e, acima de tudo, mantém as portas da União abertas para novos investimentos, garantindo que o fluxo de modernização do CBMPA não seja interrompido por falhas de ordem formal.

## CONCLUSÃO

A análise do ciclo de gestão de recursos federais permite concluir que o fortalecimento institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) não é um resultado meramente financeiro, mas o fruto de um amadurecimento técnico-administrativo. A dependência de transferências voluntárias e convênios, imposta pelas limitações dos orçamentos estaduais, exige que a corporação atue com o rigor de uma unidade de planejamento estratégico. Como observado, o sucesso na captação de vultosos recursos — como o aporte histórico de R\$ 45 milhões do Fundo Amazônia em 2025 — é um indicador de que a instituição possui credibilidade e capacidade de execução perante os entes federativos e agências de fomento como o BNDES.

O reaparelhamento discutido neste estudo vai muito além da aquisição de novas viaturas ou equipamentos de proteção individual. Ele representa um salto qualitativo na capacidade de resposta do Estado frente aos desafios climáticos e operacionais do século XXI. Ao modernizar a frota e investir em tecnologias de monitoramento, o CBMPA não apenas protege seus militares com melhores EPIs, mas garante à sociedade paraense uma

atuação mais ágil e eficaz, reduzindo o tempo de resposta em emergências e ampliando a preservação do bioma amazônico através do combate rigoroso aos incêndios florestais.

Por fim, ressalta-se que a gestão eficiente de convênios deve ser entendida como um pilar de sustentabilidade para a segurança pública. O nexos causal entre o gasto público e o benefício social gerado só se consolida quando há uma assessoria de planejamento capacitada, capaz de navegar pela complexidade do sistema Transferegov.br e cumprir os rigorosos ritos da prestação de contas. Em suma, a transformação operacional vivenciada pelo CBMPA hoje serve como modelo de boas práticas na administração pública, provando que a excelência na gestão de recursos é o caminho mais curto para a excelência no atendimento à população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZÔNIA, Fundo. *Projeto Fortalecimento do CBMPA: Prevenção e Combate a Incêndios Florestais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2025. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2026.

BNDES (Brasil). *Relatório de Impacto Ambiental e Social: Investimentos em Segurança Pública na Amazônia Legal*. Rio de Janeiro: BNDES, 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. (Fundamenta a competência dos Corpos de Bombeiros e o regime de colaboração entre entes).

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Manual de Convênios e Termos de Parceria: Guia do Transferegov.br*. Brasília: Secretaria de Gestão e Inovação, 2022.

CBMPA. *Plano Estratégico de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (2023-2027)*. Belém: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração Pública: Introdução à Gestão Pública*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Referência clássica para a parte de planejamento e gestão de recursos).

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Essencial para fundamentar a parte de convênios e licitações citada no item 4).

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 44. ed. São Paulo: Malheiros, 2020. (Base para a discussão sobre o “dever de agir” e responsabilidade do Estado).

MENDES, Renato Geraldo. *A Nova Lei de Licitações e Contratos: Anotações à Lei nº 14.133/2021*. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2024.

SANTOS, J. P. *Gestão Pública e Transferências Voluntárias: Desafios da Administração Pública Contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 44. ed. São Paulo: Malheiros, 2022. (Utilizado para embasar a autonomia dos estados e o papel do Fomento Federal).

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: abril de 2026.